

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM
PROVA OBJETIVA
12/03/2005

**Errata divulgada pela Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB/PR
no início da realização da Prova Objetiva em 12/03/2005:**

- **questão nº 03:** na alternativa **d** onde se lê “*apenas as afirmativas I e IIII estão incorretas.*”, leia-se “*apenas as afirmativas I e III estão incorretas.*”;
- **questão nº 14:** na afirmativa **III** onde se lê “(...) se contemplar seus irmãos.”, leia-se “(...) sem contemplar seus irmãos.”;
- **questão nº 57:** na alternativa **a** onde se lê “quanto o juízo (...)”, leia-se “quando o juízo (...)”;
- **questão nº 66:** na alternativa **a** onde se lê “(...) por ser expedido (...)”, leia-se “(...) pode ser expedido (...)”;
- **questão nº 66:** na alternativa **b** onde se lê “(...) sob pela de ilegalidade;”, leia-se “(...) sob pena de ilegalidade;” e;
- **questão nº 69:** na alternativa **c** onde se lê “(...) crida por lei (...)”, leia-se “(...) criada por lei (...)”.

Ética na Advocacia

01 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – Será cancelada a inscrição do advogado que assumir o cargo de presidente de uma instituição financeira privada;

II – O advogado regularmente inscrito na OAB que retém autos abusivamente comete apenas infração disciplinar, prevista e punível pelo Estatuto da Advocacia e da OAB;

III – O advogado substabelecido, com reserva de poderes, pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

- a) apenas as afirmativas I e II estão incorretas;
- b) apenas as afirmativas I e III estão incorretas;
- c) apenas as afirmativas II e III estão incorretas;
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

02 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria;

II – Censura, suspensão, exclusão e multa, são sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao advogado em processo ético-disciplinar;

III – Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente pelo Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho em que tiver a inscrição principal, depois de ouvido em sessão especial para a qual deverá ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.

03 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – O advogado pode ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada, como também nas salas e dependências de audiências, secretarias e cartórios, desde que autorizado pelo Magistrado ou pelo Serventuário de Justiça;

II – O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os 10 (dez) dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo;

III – Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de 5 (cinco) anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação;

IV – A participação do advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias, só é tolerada em caráter excepcional, e desde que contratada por escrito.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) apenas as afirmativas II e III estão incorretas;
- c) apenas as afirmativas III e IV estão corretas;
- d) apenas as afirmativas I e III estão incorretas.

04 – Assinale a alternativa **incorreta**:

a) a multa é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias atenuantes;

b) a falta cometida na defesa de prerrogativa profissional é circunstância atenuante para fins de aplicação das sanções disciplinares;

c) a ausência de punição disciplinar anterior é circunstância atenuante para fins de aplicação das sanções disciplinares;

d) o exercício assíduo e proficiente de mandato ou cargo em qualquer órgão da OAB é circunstância atenuante para fins de aplicação das sanções disciplinares.

05 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) o Conselho Federal da OAB compõe-se dos Conselheiros Federais, integrantes das delegações de cada unidade federativa;
- b) o Conselho Federal da OAB compõe-se dos seus presidentes, na qualidade de membros honorários natos;
- c) nas deliberações do Conselho Federal da OAB, o voto é tomado por cada membro das delegações, podendo ser exercido nas matérias de interesse da unidade que representam;
- d) nas deliberações do Conselho Federal da OAB, o Presidente não tem o voto de qualidade.

06 – Sobre a competência e procedimentos dos Tribunais de Ética e Disciplina da OAB, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) compete ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB orientar e aconselhar sobre ética profissional, respondendo às consultas em tese, e julgar os processos disciplinares;
- b) compete ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, instaurar, de ofício, processo competente sobre ato ou matéria que considere passível de configurar, em tese, infração a princípio ou norma ética profissional;
- c) o processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação dos interessados, podendo ser anônima;
- d) a representação contra membros dos Conselhos Seccionais da OAB é processada e julgada pelo Conselho Federal.

07 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, podem representar em juízo clientes de interesses opostos;
- b) a conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas pelo cliente a qualquer momento;
- c) não é legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente;
- d) as confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, ainda que não autorizado pelo constituinte.

Direito Civil

08 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – Os vícios redibitórios no Direito Civil podem ser ocultos ou aparentes. Caso o vício redibitório seja oculto, a fluência do prazo decadencial respectivo para que o adquirente enjeite a coisa ou exija abatimento de preço se inicia com a ciência sobre o vício; caso se trate de vício redibitório aparente, inicia-se a fluência do prazo desde a data da tradição;

II – Caso o vício redibitório existente ao tempo da alienação dê causa ao perecimento da coisa, direito algum assistirá ao adquirente após a tradição, ante o princípio *res perit domino*;

III – A redibição do contrato, que consiste em rejeitar a coisa alienada, é alternativa oferecida ao adquirente que, se preferir, poderá optar por abatimento no preço. O direito a redibir o contrato, todavia, inexiste em contratos unilaterais.

- a) nenhuma afirmativa está correta;
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- c) apenas a afirmativa II está correta;
- d) apenas a afirmativa III está correta.

09 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – Na novação, o *animus novandi* sempre deverá ser expresso, não se admitindo o *animus* tácito. Caso não haja *animus novandi* expresso, a segunda obrigação apenas confirmará a primeira;

II – Na cessação de crédito, o cedente, em regra, não responde pela solvência do devedor;

III – Não se admite compensação de dívidas quando uma delas diz respeito a coisa fungível e, a outra, a coisa infungível, ainda que vencidas e líquidas ambas as dívidas. Sempre se admite, porém, a compensação de duas dívidas líquidas e vencidas de coisas infungíveis, ante a identidade da natureza jurídica do objeto das prestações.

a) todas as afirmativas estão corretas;

b) apenas as afirmativas I e II estão corretas;

c) apenas a afirmativa II está correta;

d) apenas a afirmativa I está correta.

10 – Assinale a alternativa **correta**:

a) inexistente no Direito Civil hipótese em que se possa declarar a morte presumida de alguém sem que, previamente, tenha ocorrido a decretação de sua ausência;

b) admite-se, no Direito Civil, ato de disposição do próprio corpo para fins científicos ou altruísticos para depois da morte. No caso de fins científicos, a disposição poderá ser gratuita ou onerosa; para objetivos altruísticos, somente gratuita;

c) a comoriência implica presunção de que indivíduos falecidos em uma mesma ocasião morreram simultaneamente. Trata-se de presunção absoluta, que não admite prova em contrário. Não se presume comoriência, porém, quando os mortos são ascendentes e descendentes uns dos outros: nessa hipótese, presume-se que os ascendentes faleceram primeiro;

d) os frutos decorrentes dos bens do ausente serão integralmente de titularidade do sucessor provisório quando este for cônjuge, ascendente ou descendente do ausente.

11 – Assinale a alternativa **correta**:

a) sendo a capacidade a “medida da personalidade de uma pessoa”, os direitos de personalidade somente são atribuídos em sua integralidade às pessoas plenamente capazes;

b) a existência de relação de emprego integrada pelo menor com 16 (dezesseis) anos completos sempre implicará a cessação da incapacidade relativa deste;

c) o Código Civil de 2002 não mais regula a capacidade dos índios, remetendo tal regulação a lei especial;

d) os que por deficiência mental tiverem o discernimento reduzido são reputados como relativamente incapazes. Já os viciados em tóxicos não têm o grau de sua capacidade definida pelo Código Civil de 2002, que remete tal regulação a lei especial.

12 – Assinale a alternativa **correta**:

a) no usucapião de bens móveis, é irrelevante, no que tange a definição do prazo respectivo, se o possuidor tem ou não o justo título. A boa fé, entretanto, é dado pertinente, uma vez que, quando presente, implica a redução do prazo de aquisição do bem móvel de 5 (cinco) para 3 (três) anos;

b) o contrato de compra e venda de imóveis transmite imediatamente a propriedade sobre o bem para o adquirente, pelo que se qualifica como imediatamente translativo do domínio;

c) a produtividade do imóvel rural é apta a conduzir, por si só, à conclusão de que a propriedade está cumprindo sua função social, pelo que vedada a sua desapropriação para fins de reforma agrária;

d) aquele que edificar, de boa-fé, em terreno alheio, perde a construção para o proprietário do terreno quando o valor da construção não exceder consideravelmente o valor da terra nua. Nesse caso, aquele que realizou a construção terá direito a indenização.

13 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – No condomínio edilício, a multa imposta ao condômino de comportamento anti-social que gerar incompatibilidade de convivência com os demais condôminos ou possuidores pode chegar ao décuplo do valor atribuído à contribuição para despesas condominiais;

II – A realização de obras voluptuárias no condomínio edilício depende da aprovação de 2/3 (dois terços) dos condôminos. Já a construção de outro pavimento destinado a conter novas unidades autônomas depende da aprovação unânime dos condôminos;

III – A aquisição de unidade autônoma em condomínio edilício por meio do usucapião é juridicamente possível.

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- c) apenas a afirmativa II está correta;
- d) apenas a afirmativa III está correta.

14 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – Antônio e Bruna são casados pelo regime da separação legal de bens. O casal não teve descendentes. Antônio morre em 10 de abril de 2004, sem deixar ascendentes vivos. Deixa porém, dois irmãos: Cláudio e Daniel. O patrimônio do *de cujus* ao tempo da abertura da sucessão era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Pode-se afirmar que Bruna não terá qualquer direito à herança de Antônio, em virtude do regime de bens do casamento;

II – Daniela e Cláudio são casados sob o regime da comunhão universal de bens. O patrimônio adquirido onerosamente pelo casal ao longo da união é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Antes de se casar, Daniela já era proprietária de um imóvel no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Daniela morre em 1º de janeiro de 2005, deixando 4 (quatro) filhos, todos havidos no casamento. Cláudio, além da meação sobre a totalidade do patrimônio comum, terá direito, a título de herança, à quarta parte do imóvel adquirido por Daniela antes do casamento;

III – O testador pode excluir seus irmãos da sucessão, ainda que sejam eles seus únicos herdeiros legítimos. Basta, para isso, dispor em testamento da totalidade de seus bens, destinando-os a outras pessoas, se contemplar seus irmãos.

- a) apenas a afirmativa I está correta;
- b) apenas a afirmativa III está correta;
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- d) apenas as afirmativas I e III estão corretas.

15 – Assinale a alternativa **correta**:

a) o casamento celebrado com infração a impedimento é reputado nulo, ao passo que o casamento celebrado na pendência de causa suspensiva é anulável;

b) nos termos do Código Civil de 2002, o cônjuge, mesmo separado de fato pode ter direito à herança deixada pelo *de cujus*. Exceção a essa hipótese pode ocorrer se a separação de fato já perdurar mais 2 (dois) de anos;

c) os fatos que caracterizam impossibilidade da vida em comum para efeito de separação judicial são definidos pelo legislador em rol taxativo;

d) o divórcio não pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.

Processo Civil

16 – Sobre os prazos no processo civil, assinale a alternativa **correta**:

a) a interposição de embargos de declaração, mesmo que intempestivos, sempre interrompe o prazo para a interposição de outros recursos;

b) conta-se em quádruplo o prazo para a Fazenda Pública opor embargos do executado;

c) se uma audiência de instrução e julgamento tem como data de realização uma quarta-feira, dia 25 (vinte e cinco), então o termo *ad quem* do prazo de 10 (dez) dias para o depósito do rol de testemunhas será na segunda-feira, dia 16 (dezesesseis);

d) não se aplica o benefício do prazo em dobro para recorrer, concedido aos litisconsortes com procuradores diferentes, quando a sentença produzir sucumbência apenas em relação a um deles.

17 – Sobre o pedido no processo civil, assinale a alternativa **correta**:

- a) ação de investigação de paternidade cumulada com petição de herança é exemplo de cumulação simples de pedidos;
- b) ação reivindicatória cumulada com perdas e danos é exemplo de cumulação aparente de pedidos;
- c) no caso de obrigação a prestações periódicas, a condenação do réu para o futuro nas prestações vincendas pode ser concedida *ex officio*, independentemente de pedido expresso do autor;
- d) o pedido alternativo é aquele no qual o juiz, em não podendo acolher o pedido anterior, conhecerá do posterior.

18 – Sobre a citação no processo civil, assinale a alternativa **correta**:

- a) na citação por edital, o prazo que o réu tem para oferecer defesa começa a correr na data da publicação do mesmo;
- b) considera-se proposta a ação na data em que tenha sido efetuada citação válida;
- c) é admissível a citação da União Federal pelo correio;
- d) a citação com hora certa é uma modalidade de citação presumida (ou ficta).

19 – Sobre as sentenças, assinale a alternativa **correta**:

- a) é *infra petita* a sentença que condena o réu ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), quando o autor havia pedido indenização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- b) é *extra petita* a sentença que anula cláusula contratual por reputá-la abusiva, com base no art. 51 do Código de Defesa do Consumidor, quando o autor havia pedido sua nulidade por ofensa à boa-fé, com base no art. 422 do Código Civil;
- c) mesmo sem pedido expresso do autor, não será *extra petita* a sentença que condenar o réu no pagamento de honorários advocatícios;
- d) se em ação condenatória o autor pedir R\$ 1.000,00 (um mil reais) e o juiz de primeiro grau condenar o réu em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tal sentença é *ultra petita* e deverá ser anulada pelo Tribunal por ocasião do julgamento da apelação.

20 – Sobre os recursos cíveis, assinale a alternativa **correta**:

- a) a ausência de preparo do agravo interno que ataca decisão monocrática do relator do recurso (art. 557, § 1º do Código de Processo Civil) deve ser punida com a pena de deserção;
- b) das decisões do Superior Tribunal de Justiça, de última ou única instância, que contrariam dispositivo da Constituição Federal, cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- c) somente as partes do processo têm legitimidade recursal;
- d) das decisões de última instância das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis dos Estados cabe recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça e recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

21 – Sobre o recurso de apelação, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I – O denominado efeito translativo pode, em certa medida, mitigar o princípio da proibição da *reformatio in pejus*;
- II – Se a apelação for interposta no 1º (primeiro) dia do prazo e as custas, sem justo impedimento, só forem recolhidas no 15º (décimo quinto) dia do prazo, o recurso será considerado deserto;
- III – Se a apelação for recebida em seu duplo efeito (devolutivo e suspensivo), o apelado só poderá, desde logo, promover a execução provisória da sentença.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- c) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- d) nenhuma das afirmativas está correta.

22 – Sobre os títulos executivos extrajudiciais, assinale a alternativa **correta**:

- a) a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito em conta-corrente goza de autonomia e configura título executivo extrajudicial;
- b) o contrato de honorários advocatícios tem de estar assinado por duas testemunhas para que configure título executivo extrajudicial;
- c) é cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública;
- d) a cédula de crédito bancário não configura título executivo extrajudicial.

23 – Sobre a OAB em juízo, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – A OAB não está sujeita ao requisito da pertinência temática para a legítima propositura das ações de controle abstrato da constitucionalidade;

II – Os títulos executivos extrajudiciais da OAB (v.g., anuidades inadimplidas) devem ser exigidos segundo o procedimento da execução fiscal (Lei nº 6.830/1980);

III – a competência para julgar as causas na qual a OAB for parte é sempre da Justiça Federal.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- c) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- d) nenhuma das afirmativas está correta.

Direito Comercial

24 – Sobre ao direito de concorrência e sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) as questões derivadas da prevenção e a repressão de infrações contra a ordem econômica previstas em Lei aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente não possuam personalidade jurídica;
- b) a infração da ordem econômica implica a responsabilidade solidária da empresa e a responsabilidade individual dos seus dirigentes ou administradores;
- c) a decisão do Plenário do CADE, cominando multa ou impondo obrigação de fazer ou não fazer, constitui título executivo judicial;
- d) dentre as finalidades do CADE encontra-se a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, o que deve ser ditado pela principiologia constitucional da liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

25 – Sobre o sistema financeiro nacional e mercado de capitais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) cabe ao Conselho Monetário Nacional a formulação da política da moeda e do crédito no Brasil;
- b) compete ao Banco Central do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;
- c) são instituições financeiras as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros;
- d) exceção feita às cooperativas de crédito, as demais instituições financeiras privadas podem, segundo deliberação da unanimidade dos sócios ou acionistas, constituir-se sob a forma de sociedade limitada.

26 – Sobre o cheque, assinale a **incorreta**:

- a) o cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer, de forma alguma, como cheque;
- b) pode-se estipular no cheque que seu pagamento seja feito com cláusula “não à ordem” a pessoa nomeada, ou mesmo, com ou sem cláusula expressa “à ordem” e, ainda, ao portador;
- c) aquele que assina cheque como mandatário ou representante, sem poderes para tal, ou excedendo os que lhe foram conferidos, obriga-se pessoalmente;
- d) a morte do emitente ou sua incapacidade superveniente invalidam os efeitos do cheque.

27 – Sobre o representante comercial autônomo, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) presume-se a exclusividade nos contratos de representação;
- b) constitui motivo justo para a rescisão do contrato de representação comercial, pelo representante, a redução da esfera de atividade do representante em desacordo com as cláusulas do contrato;
- c) constitui motivo justo para a rescisão do contrato de representação comercial, pelo representado, a prática de atos que importem em descrédito comercial do representado;
- d) fora dos casos previstos de rescisão por motivos justos, do contrato constará obrigatoriamente, além dos elementos comuns, fixação de indenização ao representante quando se der a rescisão, cujo montante não poderá ser inferior a 1/12 (um doze avos) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação.

28 – Sobre as sociedades por ações, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembléia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador pelos prejuízos que este causar ao patrimônio da sociedade;
- b) o penhor e o usufruto de ações constituem direitos pessoais mediante averbação do respectivo instrumento no livro de Registro de Ações Nominativas, caso nominativa, e pela averbação do respectivo instrumento nos livros da instituição financeira, se as ações forem escriturais;
- c) anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deve haver uma assembléia geral para tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, eleger os administradores e membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, além de aprovar a correção da expressão monetária do capital social;
- d) o acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de direito.

29 – Sobre a propriedade intelectual, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a transferência de tecnologia e da franquia far-se-á por contrato e produz efeitos perante terceiros independentemente de registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;
- b) em caso de violação ao direito de propriedade industrial, os lucros cessantes serão determinados pelo critério mais favorável ao prejudicado, assim considerando os benefícios que teria se a violação não tivesse ocorrido e a remuneração que o titular do direito violado obteria em virtude da concessão da licença que permitisse explorar o bem;
- c) será assegurada à marca registrada no Brasil considerada de alto renome proteção especial, em todos os ramos de atividade;
- d) é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

30 – Sobre os direitos do consumidor e respectivo Código, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;
- b) sobre a responsabilidade por vício do produto e do serviço, os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor;
- c) prescreve em 20 (vinte) anos a pretensão à reparação pelos danos causados pelo fato do produto ou serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria;
- d) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração de lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

31 – Sobre a arbitragem, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) pode ser árbitro qualquer pessoa capaz, que tenha a confiança das partes, detenha notório saber jurídico e conduta ilibada;
- b) as pessoas capazes de contratar podem valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis;
- c) as partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral;
- d) as partes podem escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

Direito Penal

32 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o princípio da insignificância somente deve ser aplicado aos crimes contra o patrimônio;
- b) o princípio da intervenção mínima propugna a idéia de Direito Penal como *ultima ratio*;
- c) o princípio da culpabilidade é argumento para discutir a responsabilidade penal objetiva;
- d) o princípio da adequação social indica que somente interessam ao Direito Penal condutas que tenham relevância social.

33 – Sobre a lei (ou norma) penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) as normas penais somente são encontráveis no texto legal que instituiu o Código Penal;
- b) são hipóteses de ultra-atividade da lei penal a lei penal temporária e a lei penal excepcional;
- c) a lei penal brasileira não pode ser aplicada, em nenhuma hipótese, a fatos ocorridos fora do território brasileiro;
- d) em relação ao tempo do crime e para a análise da lei penal a ser aplicada será considerado o momento da ocorrência do resultado, e não da realização da conduta.

34 – Sobre os crimes hediondos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o rol dos crimes hediondos é taxativo, não permitindo interpretação extensiva;
- b) a tortura, o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e o terrorismo são crimes equiparados aos hediondos;
- c) segundo o texto legal que estatuiu os delitos hediondos, é vedada a progressão de regime;
- d) aos acusados pela prática de delitos hediondos não se concede nenhum benefício liberatório.

35 – Sobre a execução penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) o trabalho do recluso pode gerar o benefício da remição de pena, sendo que de cada 5 (cinco) dias trabalhados 1 (um) dia de pena é remido;
- b) o Código Penal Brasileiro acolheu o sistema progressivo para cumprimento das penas privativas de liberdade;
- c) se a sentença condenatória transitada em julgado impuser pena privativa de liberdade e pena pecuniária, somente a mais grave deverá ser cumprida;
- d) são regimes de cumprimento de pena, fixados por ocasião da sentença condenatória: fechado, semi-aberto, aberto e disciplinar diferenciado, este último para aqueles que demonstrem possibilidades de frustração do cumprimento da pena.

36 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – A regra constante do Código Penal é que os delitos são imputados a título de dolo, todavia se ficar demonstrada a culpa, no caso concreto, o juiz pode aplicar uma pena menos grave;

II – O dolo eventual verifica-se quando o agente anui com a possibilidade de superveniência do resultado e, assim, pratica a conduta capaz de gerá-lo;

III – A modalidade culposa precisa de expressa previsão legal para autorizar a imputação a esse título;

IV – A culpa inconsciente resta presente quando o agente não prevê o resultado, resultado esse que era previsível para o homem médio.

- a) apenas uma afirmativa está correta;
- b) apenas uma afirmativa está incorreta;
- c) todas as afirmativas estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

37 – Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o ECA aplica medida sócio-educativa, ante a prática de ato infracional, tanto para crianças quanto para adolescentes;
- b) o ECA distingue a criança do adolescente para a avaliação das conseqüências pela prática de ato infracional;
- c) considera-se a idade do adolescente à época do fato, para os fins do ECA;
- d) o novo Código Civil que alterou a maioridade civil não afetou a menoridade penal, para os fins de aplicação das medidas do ECA aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

38 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o agente que pretende praticar aborto contra mulher que, em verdade, não está grávida incorre em crime impossível;
- b) o agente que subtrai, por erro, coisa própria pensando tratar-se de alheia incorre em erro de tipo;
- c) o agente que desfere seu potencial ofensivo com *animus necandi* (ânimo de matar) contra corpo sem vida não incorre no delito de homicídio por se tratar de delito putativo por erro de tipo e/ou crime impossível;
- d) o agente que ministra veneno e que age com *animus necandi* (ânimo de matar), não alcançando, todavia, seu intento por ser pequena a quantidade de veneno, não responde por crime nenhum por se tratar de crime impossível.

39 – Sobre os delitos contra a honra previstos no Código Penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) o advogado que, em juízo e na defesa de seu constituinte, ofende a parte adversa não será punido, na esfera criminal, independentemente do delito praticado;
- b) o advogado somente não será punido, na esfera criminal, se a ofensa constituir injúria ou difamação, irrogada na discussão da causa;
- c) o advogado não tem qualquer imunidade em relação a prática de crimes contra a honra, ocorridos em juízo e na discussão da causa, devendo agir com lisura e serenidade em seu cotidiano profissional;
- d) somente o advogado tem direito à denominada imunidade judiciária, em se tratando de delitos contra a honra ocorridos na discussão da causa.

Processo Penal

40 – Sobre a teoria geral dos recursos no processo penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) pelo princípio do duplo grau de jurisdição, as impugnações às decisões devem sempre ser analisadas por um juízo de instância superior;
- b) pelo princípio da fungibilidade, um recurso interposto erroneamente sempre deverá ser recebido como o recurso correto;
- c) não há, no processo penal, a proibição da *reformatio in pejus*;
- d) em geral, no processo penal, aplica-se o princípio da unirrecorribilidade das decisões.

41 – Sobre as questões prejudiciais no processo penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) as chamadas questões prejudiciais homogêneas suspendem o curso do processo penal;
- b) as questões prejudiciais heterogêneas devolutivas relativas sempre suspendem o curso do processo penal;
- c) as questões prejudiciais heterogêneas devolutivas absolutas dizem com questões referentes ao estado civil das pessoas;
- d) as questões prejudiciais heterogêneas devolutivas absolutas não suspendem o curso do processo penal.

42 – Sobre a competência processual penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) quando houver conexão entre um crime da justiça comum e outro da justiça militar, ambos serão julgados pela justiça comum;
- b) é obrigatória a separação dos processos quando houver excessivo número de acusados e isto prejudicar o bom andamento do feito;
- c) se, apesar da existência de conexão entre os crimes, forem instaurados processos distintos para apurá-los, não há possibilidade de reuni-los novamente, ainda que ambos não tenham sentença definitiva;
- d) em caso de co-autoria, cessará a unidade dos processos se com relação a algum deles for constatada a superveniência de doença mental (após a prática da infração penal).

43 – Sobre os prazos processuais penais, assinale a alternativa **correta**:

- a) no processo penal, a regra geral é que os prazos são contínuos e peremptórios;
- b) na contagem do prazo inclui-se o dia do começo e se exclui o do final;
- c) mesmo se houver impedimento do juiz, força maior ou obstáculo judicial oposto pela parte contrária os prazos não se suspendem no processo penal;
- d) os prazos atribuídos ao juiz são sempre próprios e contados da data do termo de conclusão.

44 – Sobre as nulidades no processo penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) as nulidades relativas que ocorrerem na instrução dos processos da competência do júri, devem ser argüidas na fase do libelo-acusatório, sob pena de preclusão;
- b) as nulidades relativas que ocorrerem na instrução dos processos de competência do juiz singular, de procedimento ordinário, devem ser argüidas até o prazo a que se refere o art. 499 do Código de Processo Penal, ou seja, até a fase de diligências;
- c) todos os atos processuais nulos deverão ser declarados como tal, ainda que não tenham influenciado na decisão do caso, em respeito ao devido processo legal;
- d) as nulidades relativas que ocorrerem no plenário do Tribunal do Júri, durante a sessão de julgamento, devem ser imediatamente argüidas, sob pena de preclusão.

45 – Sobre a suspensão condicional do processo, assinale a alternativa **correta**:

- a) pode ocorrer antes do oferecimento da denúncia;
- b) pode ocorrer antes do recebimento da denúncia;
- c) exige a aceitação da proposta apenas pelo acusado, na presença do juiz;
- d) dentre as condições para que o acusado faça *jus* ao benefício estão a de que não esteja sendo processado e não tenha sido condenado por outro crime.

46 – Sobre a perícia no processo penal, assinale a afirmativa **correta**:

- a) deve ser feita por 2 (dois) peritos oficiais, e na falta desses, por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre pessoas que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame;
- b) deve ser feita por 1 (um) perito oficial, e na falta desse, por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre pessoas que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame;
- c) o réu deverá indicar assistente técnico para acompanhar a perícia;
- d) qualquer perito, oficial ou não, prestará o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

47 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I – Nos processos de competência do Tribunal do Júri, só se admite prisão cautelar após a sentença de pronúncia;
- II – Nos processos que apurem a ocorrência de delitos contra a ordem econômica, o juiz, segundo o Código de Processo Penal, poderá determinar medidas cautelares não elencadas no texto legal, a fim de substituir a prisão cautelar;
- III – Nos processos, cuja imputação seja o delito de terrorismo, tráfico de entorpecentes ou tortura, a autoridade policial poderá decretar a incomunicabilidade do preso, até que cesse o motivo que a determinou;
- IV – Nos processos de competência originária dos Tribunais, não podem ser decretadas medidas cautelares.

- a) apenas 1 (uma) afirmativa está incorreta;
- b) apenas 2 (duas) afirmativas estão incorretas;
- c) apenas 3 (três) afirmativas estão incorretas;
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

Direito do Trabalho

48 – Sobre o instituto do aviso prévio, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

I – Por opção do empregador, em caso de dispensa sem justa causa, as 2 (duas) horas diárias reduzidas na jornada no período do aviso prévio podem ser trocadas por redução de 7 (sete) dias corridos;

II – Na reconsideração do aviso prévio dado pelo empregador, o empregado é obrigado a retornar à prestação de serviço, como se inexistisse o aviso de dispensa;

III – O prazo para pagamento da rescisão, com o cumprimento normal do período do aviso prévio, é de até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato;

IV – O ato da assistência na rescisão contratual será sem ônus para o trabalhador e para o empregador.

- a) as afirmativas I e IV estão corretas;
- b) apenas a afirmativa III está correta;
- c) apenas as afirmativas I e II estão incorretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.

49 – Sobre o trabalho do menor, assinale a alternativa **incorreta**:

a) a duração do trabalho do menor regular-se-á pelas regras gerais dos demais empregados celetistas, com algumas exceções previstas na legislação;

b) é proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, exceto a partir dos 12 (doze) anos, no caso de menor aprendiz;

c) quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas;

d) o menor não poderá laborar em serviço insalubre, perigoso ou noturno.

50 – Sobre a interrupção de contrato de trabalho, assinale a alternativa **correta**:

a) o empregado poderá interromper o contrato uma vez ao semestre em razão de doação de sangue;

b) no caso de matrimônio de professor, a interrupção será de até 3 (três) dias consecutivos;

c) o empregado poderá interromper o seu contrato de emprego por 1 (um) dia, no caso de nascimento de filho;

d) a interrupção do contrato de trabalho do empregado poderá ocorrer pelo tempo que se fizer necessário, quando o mesmo tiver de comparecer em juízo.

51 – Sobre o Descanso Semanal Remunerado – DSR, assinale a alternativa **correta**:

a) não importa ao trabalhador ser assíduo, isto é, cumprir integralmente o horário de trabalho durante a semana, pois sempre terá direito ao DSR;

b) para fazer *jus* ao DSR, o trabalhador deverá ser assíduo, isto é, cumprir integralmente o horário de trabalho durante a semana, não sendo possível qualquer falta, justificada ou não;

c) para fazer *jus* ao DSR, o trabalhador deverá ser assíduo, isto é, cumprir integralmente o horário de trabalho durante a semana, sem faltas ou atrasos injustificados;

d) para fazer *jus* ao DSR, o trabalhador deverá ter registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ser assíduo e respeitar sempre as ordens do seu superior hierárquico. Preenchendo esses requisitos, o trabalhador terá direito à remuneração do DSR em dobro.

52 – Considere o enunciado abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

Isadora iniciou seu trabalho em uma empresa, cujo Acordo Coletivo de Trabalho prevê pagamento de horas extras com adicional de 100% (cem por cento). Sabendo-se que a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria prevê um adicional de 80% (oitenta por cento), e a Constituição Federal um adicional de 50% (cinquenta por cento), responda qual o adicional de horas extras é devido à Isadora?

- a) adicional de 50% (cinquenta por cento), pois a Constituição Federal é a lei maior de um país e deve ser respeitada;
- b) adicional de 100% (cem por cento), pois o Acordo Coletivo de Trabalho traz uma vantagem muito maior do que os outros textos, sendo aplicável a norma mais favorável;
- c) adicional de 80% (oitenta por cento), pois a Convenção Coletiva da Categoria é norma específica e deve ser aplicada à categoria sem exceções;
- d) não deve ser aplicado nenhum dos adicionais mencionados, pois as normas trabalhistas são regidas exclusivamente pela CLT.

53 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) o empregado que for dispensado por justa causa e tiver mais de 6 (seis) meses de prestação de serviços no último emprego fará *jus* ao seguro-desemprego;
- b) o empregado poderá sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sem se desligar do emprego, caso seja portador do vírus HIV;
- c) o estagiário terá direito à multa de 40% (quarenta por cento) a título de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) o estagiário terá direito ao seguro-desemprego somente se o estágio durar mais de 3 (três) anos.

54 – Sobre a Greve, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) na greve, é permitida a utilização de meios pacíficos tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem ao movimento;
- b) na greve, é permitida a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento;
- c) são considerados serviços essenciais para efeito de greve: transporte coletivo; captação de lixo e esgoto; serviços funerários, dentre outros;
- d) nos casos de greve, o empregador pode optar em dispensar os grevistas ou contratar novos empregados para substituir os manifestantes, sem qualquer exceção.

Processo do Trabalho

55 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I – O prazo para interposição de recurso ordinário é de 8 (oito) dias, contados do dia da publicação da decisão, inclusive;
- II – O prazo para interposição de recurso ordinário é de 15 (quinze) dias, contados do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da publicação da decisão;
- III – O prazo para interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, das decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho, é de 08 (oito) dias;
- IV – O prazo para interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, das decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho, é de 15 (quinze) dias;
- V – Das decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho, não cabe a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

- a) estão corretas as afirmativas I e V;
- b) estão incorretas as afirmativas I, II e IV;
- c) estão corretas as afirmativas I, III e V;
- d) estão incorretas as afirmativas I, II, III e V.

56 – Assinale a alternativa correta:

- a)** na Justiça do Trabalho, nas causas cujo valor não exceder a 20 (vinte) salários mínimos vigentes na data do ajuizamento, ficam sujeitas ao rito sumaríssimo;
- b)** para reclamar questões sobre relação empregatícia rurícola, o empregado nessa situação terá 2 (dois) anos para ajuizar a ação, a partir da extinção de seu contrato de trabalho, sem qualquer limite para a prescrição;
- c)** da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em agravo de petição, só se admite recurso de revista por violação direta e literal da Constituição Federal;
- d)** nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admissível o recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho por violação direta da Constituição Federal.

57 – Assinale a alternativa correta:

- a)** quanto o juízo estiver garantido totalmente, seja por depósito recursal no valor arbitrado a condenação, seja por garantia total na execução, não são necessários novos depósitos recursais para interposição de recursos;
- b)** na Justiça do Trabalho não são cobrados emolumentos das partes;
- c)** na Justiça do Trabalho, em qualquer tipo de ação, admite-se sempre 3 (três) testemunhas de cada parte;
- d)** a penhora jamais poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mas tão somente nos dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

58 – Sobre a presença das partes em audiência, assinale a alternativa correta:

- a)** a ausência injustificada do reclamado à audiência importa no arquivamento do processo;
- b)** aplica-se a pena de confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor;
- c)** em caso de doença ou de qualquer outro motivo poderoso, o reclamante poderá se fazer substituir na audiência por membro do sindicato, colega de trabalho que pertence à mesma profissão ou membro de sua família, os quais deverão depor em seu nome;
- d)** o não comparecimento do reclamante à audiência inicial importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

59 – Sobre a sentença no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

- a)** a sentença poderá mencionar as custas que devam ser pagas pela parte vencida;
- b)** a execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á em procedimento diverso dos próprios autos de ação;
- c)** a sentença homologatória de acordo pode ser impugnada pelas partes por recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias;
- d)** as decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

60 – Assinale a alternativa correta:

- a)** as decisões interlocutórias, no processo do trabalho, podem ser sempre recorridas de imediato através de agravo de instrumento, no prazo de 8 (oito) dias;
- b)** o prazo para propor embargos de declaração no processo do trabalho é de 8 (oito) dias;
- c)** das decisões definitivas dos Tribunais Regionais do Trabalho, em processos de sua competência originária, caberão recurso ordinário para a instância superior;
- d)** não cabe recurso adesivo no processo do trabalho, haja vista a ausência de previsão na Consolidação da Leis do Trabalho.

61 – Sobre a aplicação do Código de Processo Civil no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **correta**:

- a) nos casos omissos, o Código de Processo Civil será fonte subsidiária do Direito Processual do Trabalho, naquilo que não for incompatível com este último, por expressa disposição legal;
- b) o Código de Processo Civil tem aplicação em tudo aquilo que favoreça ao trabalhador, em atenção ao princípio da norma mais favorável ao empregado;
- c) o Código de Processo Civil é inaplicável ao Processo do Trabalho, por expressa disposição legal;
- d) o Código de Processo Civil é aplicável, incondicionalmente, ao Processo do Trabalho, eis que este ramo do direito não dispõe de um código específico em matéria processual.

Direito Constitucional

62 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) Poder Constituinte originário é aquele exercitado pelo povo na constituição do Estado, novo e soberano;
- b) o Poder Constituinte originário manifesta-se no surgimento, apenas, de uma primeira Constituição, jamais nas posteriores;
- c) o Poder Constituinte derivado manifesta-se de duas formas distintas: enquanto reformador ou decorrente;
- d) não obstante seja incondicionado e ilimitado, o Poder Constituinte originário somente pode legitimamente se manifestar, contemporaneamente, na forma mundialmente consagrada para os estados constitucionais e democráticos de direito.

63 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Constituição rígida é aquela cujo processo de elaboração de emendas é diverso do relativo às norma infraconstitucionais;
- b) Constituição flexível é aquela que permite sua reforma pelo mesmo processo estabelecido para os decreto-regulamentares;
- c) Constituição semi-rígida (ou semi-flexível) é aquela sujeita a um processo de elaboração de emendas, pelo menos em parte, diferente do relativo às normas infraconstitucionais;
- d) A Constituição Federal de 1988 – emendada – é rígida.

64 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- b) o Governador do Distrito Federal pode propor ação direta de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade;
- c) o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou decadencial, pois os atos normativos de natureza infraconstitucional jamais se convalidam pelo decurso do tempo;
- d) mediante controle concentrado, a declaração de inconstitucionalidade da lei operará efeitos *ex nunc* e *erga omnes*.

65 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) uma lei nacional é, também e por evidente, uma lei federal;
- b) uma lei federal é, também e por evidente, uma lei estadual;
- c) uma lei estadual é, também e por evidente, uma lei municipal;
- d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

66 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) por ser manifestação do exercício da função administrativa, o regulamento somente por ser expedido pelas autoridades do Poder Executivo;
- b) o regulamento pode, apenas, ampliar direito, jamais restringi-los, sob pena de ilegalidade;
- c) excepcionalmente, pode o Presidente da República editar regulamentos autônomos, desde que posteriormente edite medida provisória com efeitos *ex tunc*;
- d) o regulamento deve, como condição de validade, buscar fundamento na lei e, excepcionalmente, na própria Constituição Federal.

67 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer entidade de classe, desde que legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público;
- c) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- d) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

68 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos da Constituição Federal;
- b) será inconstitucional qualquer tentativa de legal proteção do mercado de trabalho da mulher;
- c) conforme o caso, será constitucional a restrição de acesso aos cargos públicos por limite de idade;
- d) conforme o caso, será inconstitucional a restrição de acesso aos cargos públicos a pessoas portadoras de deficiência.

Direito Administrativo

69 – Assinale a alternativa **correta**:

- a) autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei, instituída para desempenhar atividades administrativas ou empresariais, sob regime de direito público;
- b) empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, criada mediante autorização legal, mas submetida a certas regras de direito público e com capital formado por recursos exclusivamente de pessoas jurídicas de direito público interno e cujo objeto social sempre é a prestação de serviço público;
- c) sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei e necessariamente constituída como sociedade anônima, mas submetida a certas regras de direito público, com capital formado por recursos privados e públicos, estes em maioria, e cujo objeto social é sempre a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviço público;
- d) entidade paraestatal é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, sem qualquer vínculo com a estrutura administrativa do Estado, e cujo objeto sempre é o de promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais.

70 – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) todo ato administrativo está sujeito ao controle jurisdicional;
- b) nem todo ato administrativo é passível de revogação;
- c) todo ato administrativo ampliativo de direitos pode ser revogado;
- d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

71 – Assinale a alternativa correta:

- a)** é livre o acesso, aos brasileiros, a cargos, empregos e funções públicas, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei;
- b)** é livre o acesso, aos estrangeiros, aos cargos públicos, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei na forma como nela disposto, à exceção dos ditos “em comissão”;
- c)** os cargos em comissão e as funções de confiança serão sempre exercidos por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;
- d)** a investidura em qualquer cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público.

72 – Assinale a alternativa incorreta:

- a)** como agente normativo e regulador da atividade econômica, compete ao Estado, na forma da lei, fiscalizar, incentivar e planejar o desenvolvimento econômico, de forma determinante para o setor público e indicativa para a iniciativa privada;
- b)** o cooperativismo somente será admitido nas hipóteses previstas em lei;
- c)** o Estado, como fomentador do desenvolvimento econômico, deverá conferir tratamento diferenciado e favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;
- d)** a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse público, conforme definidos em lei.

73 – Assinale a alternativa incorreta:

- a)** licitação inexigível é aquela jurídica ou materialmente impossível;
- b)** licitação dispensável é aquela passível ou não de realização, a critério da autoridade competente, e nas hipóteses taxativamente previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993);
- c)** pregão é a modalidade de licitação passível de adoção pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- d)** parceria público privada é uma nova modalidade de licitação, cuja adoção resta reservada para contratos estimados em mais de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

74 – Assinale a alternativa correta:

- a)** inexistente, no Brasil, a responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado por ato jurisdicional;
- b)** somente pode ocorrer a responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado por ato legislativo comissivo, jamais pelo omissivo;
- c)** a responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado por ato administrativo fica condicionada à sua necessária ilicitude;
- d)** todas as alternativas anteriores estão incorretas.

Direito Tributário e Processo Tributário

75 – Sobre a solidariedade tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a)** são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
- b)** são solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas por lei;
- c)** salvo disposição de lei em contrário, a isenção ou remissão de crédito não exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- d)** salvo disposição de lei em contrário, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

76 – Sobre a aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, assinale a alternativa **correta**:

- a) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: 1º a equidade; 2º a analogia; 3º os princípios gerais de direito tributário e; 4º os princípios gerais de direito público;
- b) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, assim como para a definição dos respectivos efeitos tributários;
- c) interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário;
- d) a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

77 – Sobre a exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa **correta**:

- a) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído;
- b) a isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante;
- c) a anistia abrange os atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo, desde que não sejam tais atos qualificados como crime ou contravenção;
- d) a anistia, quando não concedida em caráter geral, será efetivada por despacho da autoridade administrativa, o qual gerará direito adquirido.

78 – Sobre a lei complementar em matéria tributária, assinale a alternativa **correta**:

- a) não se inclui entre os tópicos reservados à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária que tratem tanto de lançamento quanto de prescrição e decadência tributários;
- b) cabe à lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- c) a lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, restando vedado à União, por via de lei, o estabelecimento de normas de igual objetivo;
- d) não se inclui entre as matérias reservadas à lei complementar a regulação das limitações ao poder de tributar.

79 – Sobre as contribuições parafiscais, assinale a alternativa **correta**:

- a) as contribuições de intervenção no domínio econômico podem incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços, assim como sobre as receitas decorrentes de exportação;
- b) os Estados e o Distrito Federal têm competência para a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;
- c) os Municípios têm competência para a instituição de contribuição previdenciária;
- d) apenas a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência para a instituição de contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

80 – Sobre o pagamento tributário e pagamento indevido, assinale a alternativa **correta**:

- a) o crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis;
- b) quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 60 (sessenta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento;
- c) prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do tributo indevidamente pago;
- d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

Anote seu gabarito aqui e destaque